

Sertanista vê riscos na reestruturação da Funai

A idéia de reestruturação da Fundação Nacional do Índio (Funai), transferindo 70 por cento do seu pessoal para o serviço fim, junto aos postos indígenas, no entendimento do sertanista, Cícero Cavalcanti Albuquerque, que lida com os índios desde 1945, deve ser refletida, de modo que esses trabalhadores tenham o mínimo de condições nessas regiões hostis onde vivem os silvícolas. Para tanto, o sertanista considera que a simples transferência do servidor sem o mínimo conforto, como residência e água potável além de escola, fará com que regresse de imediato, ocasionando um desgaste tanto para o índio como para o Governo.

O sertanista foi admitido em 1943 pelo general Rondon, no antigo Serviço de Proteção aos Índios (SPI), que deu origem a atual Funai. "Presto serviço até hoje, e vejo que dentro do quadro de servidores, existem mui-

tos dedicados à causa do bem-estar dos índios, mas considero da maior importância o atendimento dentro do posto indígena, e lá se deve ter a melhor assistência com pessoal dedicado e preparado para a educação dessa gente". E ainda acrescenta, "para a região amazônica é necessário o devido conforto com casa cercada, água potável, hortas, e criação de animais domésticos".

Um dos principais objetivos da reestruturação da Funai é evitar as constantes vindas dos índios à Brasília, para obter os bens materiais que aprenderam a utilizar, ou seja, ferramentas, materiais de caça e pesca, vestimentos. Segundo o sertanista essas viagens só aconteceram em função de não haverem ensinado ao índio os meios de produção, adestrando-os em trabalhos agrícolas, para que comprassem objetos com seus próprios esforços. E qualquer equipe enviada para os

postos indígenas deverá necessariamente ter conhecimento para ensinar os trabalhos de agricultura, criação de animais domésticos, entre outros.

Segundo Cícero Cavalcanti Albuquerque, a Funai, a partir da sua reestruturação, deveria ser administrada por um Conselho Deliberativo de Assistência aos Silvícolas, autônomo, ligado ao Poder Executivo, não ligado à Secretaria do Meio Ambiente.

Com essa renovação administrativa, surgiriam três coordenadorias relativas ao ensino, saúde e supervisão nas áreas indígenas ou postos. A coordenadoria de ensino agropecuário ficaria também com a agricultura, horticultura. A de saúde ficaria a cargo das instruções relativas a higiene na aldeia e malocas. A supervisão observaria os trabalhos e conheceria as reivindicações dos índios.

FONTE : Correio Braziliense

CLASS. : _____

DATA : 04 02 91

PG. : 03

Chiarelli quer MEC educando indígenas

Porto Alegre — O ministro da Educação, Carlos Chiarelli, vai propor hoje, ao presidente Fernando Collor, a transferência da Coordenação da Educação Indígena da Fundação Nacional do Índio (Funai) para o Ministério da Educação (MEC). Chiarelli argumenta, no projeto que entregará ao Presidente, que o MEC dispõe da infra-estrutura e do corpo técnico capaz de tornar mais ágil o processo de educação para os índios, principalmente no que se refere a sua alfabetização.

A mudança, segundo o ministro, seria implementada por meio de decreto presidencial. O MEC ficaria com a responsabilidade de implementar um programa educacional levando em consideração o respeito à cultura e às tradições dos povos indígenas. Neste sentido, conforme a proposta de Chiarelli, o ensino nas aldeias seria bilíngue, em português e na língua típica de cada tribo.

FONTE : DESP

CLASS. : _____

DATA : 05 02 91

PG. : 14

Collor encerra com a polêmica sobre a Funai

BRASÍLIA — Em reunião no Palácio do Planalto, o presidente Fernando Collor decidiu o destino da Fundação Nacional do Índio (Funai). Um novo órgão será criado — o Instituto Nacional Indigenista, que deverá ser aprovado pelo Congresso Nacional — e continuará vinculado ao Ministério da Justiça, mas "sucateado". Essa foi a expressão usada ontem pelas principais lideranças indígenas, reunidas em Brasília.

A Funai cuidará apenas da questão fundiária. A saúde dos índios será responsabilidade do Ministério da Saúde; a educação, do Ministério da Educação; o meio ambiente, da Secretaria Nacional de Meio Ambiente; e a auto-sustentação, do Ministério da Agricultura e Reforma Agrária.

Cercado pelo ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, pelo secretário da Receita Federal, Romeu Tuma, e pelo presidente da Funai, Cantídio Guerreiro, Collor anunciou o vencedor da batalha que vinha se desenrolando nos gabinetes do Ministério da Justiça e da Secretaria Nacional de Meio Ambiente: seus titulares defendiam propostas diferentes. Lutzenberger defendia a extinção pura e simples da Funai e a criação de uma Secretaria Especial do Índio, vinculada à Presidência da República. Mas o ministro Passarinho, aliado a Cantídio Guerreiro, também militar reformado, resolveu fazer da continuação do órgão em seu ministério "um ponto de honra". A Funai será, então, "enxugada" — dos 4.500 funcionários poderá ficar com 3 mil, segundo um dos dirigentes do órgão.

O cacique Mário Juruna não gostou da decisão de o Ministério da Saúde ficar com o atendimento ao índio. "Vamos entrar na fila do INPS", comentou. "Acabou o assistencialismo", comemoravam membros da equipe da Funai e Ministério da Justiça, que elaboraram a proposta vencedora. "Confiscaram a Funai dos índios", resumiu o coordenador do Núcleo dos Direitos Indígenas, Marcos Terena.

Assessores do Ministério da Justiça garantiam que haverá condições de demarcar todas as terras indígenas, até 1993, e o orçamento será mantido.

FONTE : GM

CLASS. : _____

DATA : 05 02 94

PG. : 22

POVOS INDÍGENAS

Collor pede relatórios sobre situação da Funai

por Cleide Castro
de Brasília

Na próxima sexta-feira, o presidente Fernando Collor de Mello vai receber dois relatórios — um da Secretaria do Meio Ambiente e outro do Ministério da Justiça e Secretaria da Administração —, que vão orientá-lo sobre a destinação que dará à Fundação Nacional do Índio — Funai. Ele solicitou os relatórios durante a reunião setorial sobre a problemática indígena realizada ontem no Palácio do Planalto.

O secretário José Lutzenberger reivindica que a Funai seja transformada numa secretaria ligada à Presidência da República. Ele argumenta que isso daria mais status político-administrativo ao órgão. O outro lado, representado pelo ministro Jarbas Passarinho e o secretário João Santana, defende a manutenção da Funai como fundação, por entender que isso lhe proporciona maior agilidade do ponto de vista administrativo.

NOVO ESTATUTO DO ÍNDIO

Na mesma reunião, Collor fixou prazo de 90 dias, para que o Ministério da Justiça apresente à Presidência da República um anteprojeto para um novo Estatuto do Índio, bem como a revisão de toda a le-

gislação correlata. Essa medida consta de um pacote de cinco decretos e uma portaria, divulgados pela Secretaria de Imprensa do Palácio, relativos à questão indígena.

O presidente também cobrou providências do secretário Romeu Tuma, no sentido de retirar os garimpeiros da área ianomami. Collor disse que quer ser informado periodicamente sobre o assunto.

PROJEÇÃO DOS YANOMAMI

Ainda em relação aos ianomami, foi assinada portaria conjunta pelos Ministérios da Justiça, Relações Exteriores, Educação e Saúde, bem como pelas Secretarias de Meio Ambiente e de Assuntos Estratégicos, criando um grupo de trabalho, com o objetivo de elaborar projeto de recuperação ambiental da área habitada pelos índios. Os decretos dispõem sobre demarcação, saúde, educação, proteção ambiental e projetos visando auto-sustentação dos povos indígenas. Conforme exposição de motivos do ministro da Justiça, o objetivo dos programas que serão desenvolvidos é resguardar "a autonomia dos índios e assegurar o exercício pleno do direito ao usufruto exclusivo dos recursos naturais de suas terras".

FONTE : Globo

CLASS. : _____

DATA : 05 02 91

PG. : 05

Collor decidirá destino da Funai semana que vem

Telefoto de Mino Pedrosa

BRASÍLIA — O Presidente Fernando Collor deverá tomar, até semana que vem, uma decisão sobre a reforma administrativa na Funai. O Governo está dividido em relação ao assunto. O Secretário de Administração Federal, João Santana, e o Presidente da Funai, Cantídio Guerreiro, defendem apenas a reestruturação do órgão e a sua manutenção como fundação subordinada ao Ministério da Justiça. Já o Secretário de Meio Ambiente, José Lutzenberger, é a favor da sua transformação em uma Secretaria de Assuntos Indígenas diretamente ligada à Presidência da República.

O Presidente pediu aos dois grupos que preparem um relatório, até sexta-feira, justificando suas posições, para que ele possa tomar uma decisão. Santana e Guerreiro argumentam que a transformação da Funai em Secretaria poderá atrasar ainda mais o processo de demarcação das terras indígenas. Os defensores da criação da Secretaria alegam que ela daria maior status político-administrativo à questão indígena.

Antes da reunião setorial, o Presidente assinou cinco decretos que transferem a educação indígena da Funai para o Ministério da Educa-



Collor conversa com Passarinho, durante a reunião setorial no Planalto

ção, simplificam o processo de demarcação das terras indígenas e dispõem sobre ações visando à proteção do meio ambiente, programas e projetos para assegurar a auto-sustentação e condições para a prestação de assistência à saúde em terras indígenas. Collor deu prazo até o dia 6 de maio para que a Funai conclua um

anteprojeto, propondo mudanças no Estatuto do Índio.

Outro assunto da reunião foi a questão da demarcação da fronteira do Brasil com a Venezuela, nos termos do Tratado de Limites e Navegação Fluvial. A demarcação da fronteira vai facilitar a assistência aos índios ianomami.

FONTE : JT

CLASS. : _____

DATA : 05 02 91

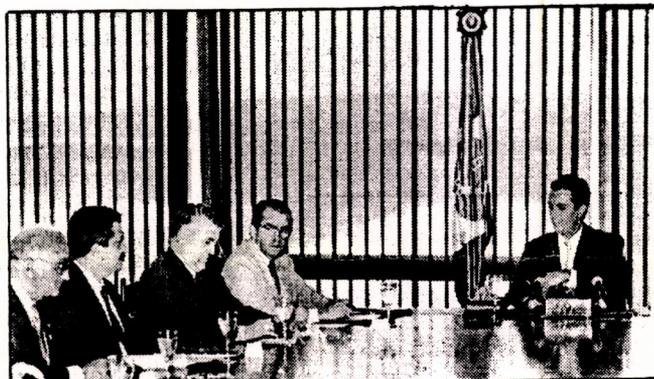
PG. : 19

Índios: um pedaço para cada Ministério.

Quem ganhar a briga pelo destino da Funai — o ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, ou o secretário do Meio Ambiente, José Lutzemberger — não vai levar muita coisa. O presidente Fernando Collor de Mello assinou ontem quatro decretos e uma portaria transferindo as principais atribuições do órgão para quatro Ministérios: Saúde, Educação, Agricultura e Reforma Agrária e Secretaria Nacional do Meio Ambiente. Além disso, o quadro de funcionários da Funai será reduzido de 4.500 para os 2.600 que têm estabilidade. A justificativa é de que a Fundação ficará cuidará apenas das questões fundiárias e jurídicas.

A decisão do presidente foi tomada depois de uma reunião de duas horas com o ministro Jarbas Passarinho, o diretor geral da Polícia Federal, Romeu

Na reunião com o presidente, a decisão de dividir as atribuições da Funai.



Tuma, e o presidente da Funai, Cantídio Guerreiro. O secretário José Lutzemberger está viajando e mandou representante.

Segundo o porta-voz do presidente, Cláudio Humberto Rosa e Silva, Collor adiou a decisão sobre quem ficará com o que restou a Funai: o Ministério da Justiça, como quer Jarbas Passarinho, ou a sua transformação em uma Secretaria

Especial da Presidência, como deseja José Lutzemberger.

As principais lideranças indígenas é que não gostaram das medidas tomadas ontem. "Confiscaram a Funai dos índios", resumiu o coordenador do Núcleo dos Direitos Indígenas, Marcos Terena. Já o cacique Juruna foi ainda mais enfático: "Vamos entrar na fila do INPS".

FONTE : Correio Braziliense

CLASS. : _____

DATA : 05 02 91

PG. : 13

Collor quer definir estatuto

O presidente Fernando Collor de Mello espera receber até o dia 6 de maio o anteprojeto que definirá o Estatuto do Índio. Durante a reunião setorial realizada ontem no Palácio do Planalto para discussão da problemática indígena, ele cobrou de seus assessores a aceleração dos estudos para elaboração do anteprojeto.

Na reunião setorial foram assinados cinco decretos e uma portaria conjunta dos ministérios da Justiça, Relações Exteriores, Educação e Saúde, e das secretarias do Meio Ambiente e de Assuntos Estratégicos, com o objetivo de elaborar um projeto de recuperação ambiental da área indígena Yanomami.

Os cinco decretos presidenciais dispõem sobre o processo administrativo de demarcação de terras indígenas; programas e projetos para assegurar a auto-sustentação dos povos indígenas; as condições para a prestação de assistência à saúde das nações indígenas; ações visando à proteção do meio ambiente em áreas

de reserva; e regula a educação dos índios no País.

O ministro da Educação, Carlos Chiarelli, entregou ao Presidente um projeto propondo a transferência da Coordenação da Educação Indígena da Fundação Nacional do Índio (Funai) para o Ministério da Educação. No projeto, Chiarelli argumenta que o MEC dispõe de maior infraestrutura e de corpo técnico para tornar mais ágil a administração do programa educacional para os indígenas.

De acordo com a proposta feita por Chiarelli, a mudança seria efetuada através de um decreto presidencial, passando para o MEC a responsabilidade de implantar um programa educacional levando em consideração o respeito à cultura e às tradições dos povos indígenas. De acordo como ministro, o ensino nas aldeias seria bilíngue, em português e na língua original de cada grupo. Até o momento, o MEC tem apenas prestado assessoria aos programas educacionais da Funai.

Funai muda sigla mas fica com Passarinho

Numa reunião de duas horas, no Palácio do Planalto, o presidente Fernando Collor decidiu ontem o destino da Fundação Nacional do Índio (Funai). O órgão ou o seu sucedâneo — o Instituto Nacional Indigenista, que deverá ser aprovado pelo Congresso Nacional — continuará vinculado ao Ministério da Justiça, só que "sucateado". Esta foi a expressão usada pelas principais lideranças indígenas do País, que se reuniram em Brasília para aguardar o veredito.

A Funai cuidará apenas da questão fundiária; a saúde dos índios será encargo do Ministério da Saúde; a educação, do Ministério da Educação; o meio ambiente, da Secretaria Nacional de Meio Ambiente; a auto-sustentação, do Ministério da Agricultura e Reforma Agrária.

Cercado pelos ministros da Justiça, Jarbas Passarinho, secretário da Receita Federal, Romeu Tuma, e presidente da Funai, Cantídio Guerreiro, Collor anunciou o vencedor da surda batalha que vinha desenrolando-se nos gabinetes do Ministério da Justiça e da Secretaria Nacional do Meio Ambiente, cujos titulares defen-

diam propostas diferentes para os índios. O secretário do Meio Ambiente, José Lutzenberger, não participou. Mandou representante, porque está no exterior, e perdeu a queda-de-braço para o ministro Jarbas Passarinhos.

Lutzenberger defendia a extinção pura e simples da Funai e a criação de uma Secretaria Especial do Índio vinculada à Presidência da República. "A Funai não tem mais crédito", dizia, constantemente. Mas o ministro Passarinho, aliado a Cantídio Guerreiro, também militar reformado, resolveu fazer da continuação do órgão indígena em seu ministério, "um ponto de honra".

A Funai será, então, "enxugada" — dos seus quatro mil, 500 funcionários atuais, apenas dois mil 600 têm estabilidade, segundo um dos dirigentes do órgão. Para cuidar somente de questões fundiárias e jurídicas, a Funai poderá ficar com mil e 500 funcionários. Atualmente a Funai mantém 84 por cento dos seus servidores lotados em Brasília. Na opinião do presidente, isso representa uma grande distorção, já que a maioria desconhece a realidade indígena.

PRESIDENTE COLLOR ESVAZIA A
FUNAI ATRAVÉS DE DECRETOS

Num momento em que é grave a situação dos povos indígenas e a atuação do governo junto a eles encontra-se paralisada, o presidente Collor determina, através dos decretos de nº 22 a 27 publicados hoje no Diário Oficial da União, o esvaziamento da Funai. Praticamente todas as suas atribuições, definidas em lei, são agora de responsabilidade dos Ministérios da Justiça, Agricultura, Saúde, Educação e Secretaria Especial do Meio Ambiente apesar dele continuar existindo. Apenas pulverizou-se a Funai.

Essas medidas representam a opção do presidente da República pelo esvaziamento do órgão indigenista ao invés de modificá-lo. É necessário a mudança de seus atuais dirigentes, a começar pelo presidente, que nenhum compromisso e respeito possui em relação aos índios e tem se mostrado incapaz de conduzir a coisa pública.

É necessário ainda que se democratize suas instâncias administrativas, como a criação de um Conselho Deliberativo constituído, entre outros, por representantes dos povos indígenas. Precisa também que o corpo de funcionários da Funai passe por uma completa revisão.

O Cimi entende que qualquer alteração da política indigenista oficial deve passar por uma ampla discussão, com a participação dos povos indígenas, outros setores e, inclusive, do Congresso Nacional.

Brasília, 5 de fevereiro de 1991

Cimi - Conselho Indigenista Missionário

FONTE : Correio Braziliense

CLASS. : _____

DATA : 06 02 91

PG. : 06

A reforma da Funai

Após um controvertido processo de avaliação, onde foram aventadas as soluções mais polêmicas para situar a Fundação Nacional do Índio no contexto da administração federal, levando-se em conta a peculiar estruturação da entidade e a polivalência de suas atividades, quer de meios, quer de fins, o Governo optou pela solução natural. Os problemas do índio, relacionados com as questões educacionais, ficarão jurisdicionados ao Ministério da Educação. As questões de saúde serão deferidas ao Ministério da Saúde. Os assuntos ecológicos estarão jurisdicionados à Secretaria Nacional do Meio Ambiente. Ao Ministério da Agricultura será reservada a incumbência de auto-sustentação do órgão que na legislação a ser proposta pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional irá substituir a Funai, qual seja, o Instituto Nacional Indigenista, em subordinação direta ao Ministério da Justiça, a quem caberá representar o INI em nível de primeiro escalão.

O organismo propriamente dito terá como principal objetivo a problemática fundiária, promovendo as ações indis-

pensáveis para a demarcação das terras indígenas e cuidando das questões afins. O Ministério da Agricultura, como responsável pelas soluções dos problemas fundiários, dará assistência completa nesse particular.

A distribuição setorial da entidade, por conta das vinculações ministeriais, permitirá, segundo entendimento dos que encaminharam o problema da reforma da Funai, a redução dos quadros de recursos humanos, que após a aprovação pelo Congresso Nacional do futuro INI poderá sofrer um enxugamento de um mil e 500 servidores, atendendo a uma das metas da reforma administrativa patrocinada pelo Governo Federal.

Importa assinalar que todo esse esforço para cuidar do índio brasileiro resulte em providências efetivas em favor de uma comunidade humana credora de atenções que até hoje não resultaram em ações condizentes com a sua importância étnica.

O Instituto Nacional Indigenista terá diante de si uma tarefa de elevados méritos.